



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

**1 – Órgão Solicitante**

1. SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

**2.OBJETO**

2.1.Aquisição de instrumentos musicais profissionais, estudantis, equipamentos de sonorização e instrumentos de capoeira, para atender às necessidades de projetos apoiados pela Estratégia de Segurança Pública e Defesa Social Acre Pela Vida, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP, com recursos previstos nos Planos de Trabalho nº 9/2025 e nº 11/2025 (Emendas Parlamentares), conforme especificações do Termo de Referência

**3. Dos LOTES para licitação:**

**LOTE 01: INSTRUMENTOS MUSICAIS PROFISSIONAIS**

item	Descrição Detalhada	Unid	Qtd. p/ Registro	Qtd. estimada p/ Contratação	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
------	------------------------	------	------------------------	---------------------------------------	-----------------------	--------------------



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

01	<p><b>Clarineta soprano Sib – profissional</b></p> <p>Clarineta soprano com afinação em Sib, nível profissional, 17 chaves e 6 anéis, boquilha 4C, comprimento do barrilhete 65mm, corpo em madeira grenadilha, chaves banhadas a prata, chave auxiliar do Eb, sistema Boehm, acabamento uretano, sapatilhas de couro, buracos com orifícios de tom cônico rebaixados à mão, descanso de polegar ajustável com anel de alça, estojo rígido, kit de limpeza e manual inclusos.</p> <p><b>Referência:</b> <b>Yamaha YCL-65E, Yamaha YCL-650 / Buffet E12F, ou similar</b></p>	unid	10	03	
----	---	------	----	----	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

02	<b>Trompete Bb – profissional</b> Afinação em Sib, nível profissional, calibre ML (.459”), campana inteiriça martelada artesanalmente (122mm), pistos em Monel, leadpipe em Gold Brass, molas em cobre-berílio, sistema “Top Spring”, batentes de borracha no capelote superior, leadpipe #37 Standard, tubo da máquina inteiriço sem soldas, pompas 1ª e 3ª com chave d’água e prolongamento removível, travessins de reforço, anel fixo e dedeira “U”, tubos externos em alpaca, acabamento prateado, bocal prateado, montagem com solda estanho-prata isenta de	unid	10	03	
----	---	------	----	----	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

03	<b>Trombone Tenor Sib/F – profissional</b> Trombone de vara, afinação Sib/F, nível profissional, bomba compacta para mecanismo F, campânula martelada à mão em peça única (220mm), material Gold Brass, junta axial, vara estreita, curva de afinação arredondada, patilha ajustável, contrapeso e acoplamento mecânico no rotor, interior em Nickel Silver, calibre largo 13,89mm (0,547”), acabamento Clear Lacquer, bocal SL-51C4L, estojo e manual inclusos  <b>Referência:</b> <b>Yamaha YSL-882G / Bach 42BO ou superior.</b>	unid	10	03		
----	---	------	----	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

04	<p><b>Saxofone Alto Eb profissional</b></p> <p>Afinação Eb, nível profissional, acabamento Silver-Plated, boquilha 4C, campana em duas peças martelada e gravada à mão, botões das chaves em poliéster, chaves auxiliares F# alto e F frontal, gancho de polegar ajustável, almofadas com ressonadores plásticos, molas em aço inoxidável duro, estojo e manual inclusos</p> <p><b>Referência:</b> <b>Yamaha YAS-62 / Yanagisawa A-WO1 ou superior.</b></p>	unid	08	02		
----	---	------	----	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

05	<p><b>Saxofone Tenor Bb profissional</b></p> <p>Afinação Bb, nível profissional, acabamento Silver-Plated, boquilha 4C, campana em duas peças martelada e gravada à mão, botões das chaves em poliéster, chaves auxiliares F# alto e F frontal, gancho de polegar ajustável, almofadas com ressonadores plásticos, molas em aço inoxidável duro, estojo e manual inclusos.</p> <p><b>Referência:</b> <b>Yamaha YTS-62 / Yanagisawa T-WO1 ou superior.</b></p>	unid	06	02		
----	---	------	----	----	--	--



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**

**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**

**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

06	<b>Saxofone</b> <b>Barítono Eb –</b> <b>profissional</b> Afinação Eb; extensão até A grave; corpo em latão; sapatilhas em couro com ressonadores metálicos; estojo rígido com rodízios.  <b>Referência:</b> <b>Yamaha YBS-</b> <b>480 ou</b> <b>superior.</b>	unid	04	01		
----	---	------	----	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

07	<p><b>Sousafone Bb – profissional</b> Sousafone profissional, afinação em Sib, corpo em fibra (campana em ABS e corpo em FRP), 3 válvulas, calibre interno 18,5mm, campana 663mm (26 1/8”), válvulas em latão e alpaca banhadas a prata, bocal prateado (diâmetro interno 32,06mm, garganta 8,10mm, modelo BB-67C4 ou similar), fabricação livre de chumbo, reforços estruturais, tubagem arredondada para menor turbulência, manual incluso.</p> <p><b>Referência:</b> <b>Yamaha YSH-301 ou similar.</b></p>	unid	04	01		
----	---	------	----	----	--	--





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**

**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**

**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

08	<p><b>Teclado profissional / piano digital</b> 61 teclas sensíveis ao toque, 64 vozes de polifonia, 820 ritmos, interface MIDI/USB, tela LCD, fonte sonora AWM, metrônomo, gravador, resposta ao toque, duas caixas de som integradas, 622 timbres, 154 canções, com suporte, capa e pedal.</p> <p><b>Referência:</b> <b>Yamaha PSR-E473 / Roland Juno / Korg Kross ou superior.</b></p>	unid	05	01		
----	--	------	----	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

09	<p><b>Guitarra elétrica profissional</b> – Corpo em álamo/choupo, acabamento brilhante, escala em laurel, 6 cordas, 24” de comprimento de escala, configuração de captadores HSS, orientação destra, material de qualidade profissional, acabamento superior, cabo e bag inclusos.</p> <p><b>Referência:</b> <b>Fender Stratocaster Junior HSS Ice Blue ou equivalente.</b></p>	unid	05	01		
----	---	------	----	----	--	--



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**

**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**

**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

10	<b>Contrabaixo elétrico profissional</b> 5 cordas, corpo em madeira sólida, braço em maple, escala em laurel, 20 trastes, orientação destra, captadores single coil, controles de volume e tone independentes, bag e cabo inclusos.  <b>Referência:</b> <b>Fender Affinity Jazz Bass V ou similar.</b>	unid	05	01		
----	--	------	----	----	--	--



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

11	<b>Bateria acústica – profissional</b> Cascos em madeira (bétula/maple); bumbo 22”, tons 10”/12”, surdo 14”/16”; ferragens robustas; pedal, estantes e caixa inclusos; acabamento natural/laqueado .  <b>Referência:</b> <b>Pearl Export /</b> <b>Mapex Armory</b> <b>/ Tama</b> <b>Superstar ou</b> <b>superior.</b>	jogo	03	01		
<b>TOTAL DO LOTE 01</b>				<b>R\$</b>		

**LOTE 02: INSTRUMENTOS MUSICAIS DE NÍVEL INICIANTE**

item	Descrição Detalhada	Unid	Qtd. p/ Registro	Qtd. estimada p/ Contratação	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
------	------------------------	------	------------------------	---------------------------------------	-----------------------	--------------------



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**

**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**

**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

12	<b>Flauta doce soprano escolar</b>  Corpo em ABS de alta densidade; afinação em Dó (C); dedilhado barroco; corpo em 3 partes desmontáveis; estojo plástico.  <b>Ref.: Yamaha YRS-23 / Aulos 205A / Angel ou similar.</b>	unid	200	50		
13	<b>Flauta doce contralto intermediária</b>  Corpo em ABS ou resina; afinação em Fá (F); dedilhado barroco; som encorpado para uso em conjunto com flautas soprano.  <b>Ref.: Yamaha YRA-28B / Aulos 309B ou similar.</b>	unid	30	10		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

14	<b>Trompete estudantil iniciante</b> Afinação Sib; pistos em aço inox; campana em latão; acabamento laqueado; acompanha bocal e estojo semirrígido.  <b>Ref.: Eagle TP- 02 / Michael Start / Benson ou similar.</b>	unid	15	05		
15	<b>Trombone tenor estudantil</b> Afinação Sib; vara telescópica; corpo em latão; acabamento laqueado; acompanha bocal e estojo.  <b>Ref.: Eagle TB- 02 / Michael Start / Benson ou similar.</b>	unid	10	03		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

16	<b>Saxofone alto – iniciante</b> Afinação Eb; corpo em latão; sapatilhas de couro sintético; acabamento laqueado; acompanha estojo rígido e boquilha simples.  <b>Ref.: Michael WASM21 / Eagle SA501 / Dolphin.</b>	unid	10	03		
17	<b>Clarinete Bb – iniciante</b>  Corpo em resina ABS; afinação Sib; 17 chaves niqueladas; sapatilhas sintéticas; boquilha simples; estojo rígido.  <b>Ref.: Michael WCLM21 / Dolphin / Eagle CL-02.</b>	unid	10	03		



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

18	<b>Trompa (French Horn) – estudantil</b>  Afinação Fá; 3 rotores; corpo em latão laqueado; campana média; bocal e estojo inclusos.  <b>Ref.: Benson FH-300 / Michael / Eagle.</b>	unid	06	02		
19	<b>Tuba Sib – estudantil</b>  Corpo em latão laqueado; 3 pistos; campana 16” a 18”; bocal e estojo; acabamento dourado.  <b>Ref.: Benson TU-300 / Michael / Dolphin.</b>	unid	06	02		





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

20	<b>Bombardino estudantil</b>  Afinação em Sib; 3 pistos; corpo em latão; campana 10" a 12"; acabamento laqueado; bocal e estojo inclusos.  <b>Ref.: Michael / Eagle Dolphin.</b>	unid	06	02		
21	<b>Trombone de pisto estudantil</b>  Afinação Sib; 3 pistos; corpo em latão; campana 8"; acabamento laqueado; bocal e estojo.  <b>Ref.: Benson / Dolphin Eagle.</b>	unid	06	02		
<b>TOTAL DO LOTE 02</b>				<b>R\$</b>		

**LOTE 03: EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE SONORIZAÇÃO**

item	Descrição Detalhada	Unid	Qtd. p/ Registro	Qtd. estimada p/ Contratação	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
------	---------------------	------	------------------	------------------------------	--------------------	-----------------



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

22	<p><b>Caixa de som portátil com sistema de amplificação integrado, potência mínima de 240W RMS</b></p> <p>Caixa de som portátil com sistema de amplificação integrado, potência mínima de 240W RMS , conectividade sem fio via Bluetooth 5.3 ou superior , equipada com show de luzes LED RGB frontais sincronizáveis com o áudio. O equipamento deve possuir autonomia de bateria para operação sem rede elétrica por até 18 horas , proteção contra respingos d'água classificação IPX4 , entradas físicas para microfone e instrumentos (P10) e entrada auxiliar. Deve incluir par de microfones sem</p>	unid	12	02	
----	---	------	----	----	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

23	<p><b>Caixa de som com autoalimentação e alto-falante de 15 polegadas (500W RMS)</b></p> <p>Caixa de som com autoalimentação e alto-falante de 15 polegadas, sistema de duas vias com woofer de 15" em tecnologia Bass Reflex, máxima saída SPL de 127 dB, range de frequência de 39 Hz - 20 kHz (-10 dB), resposta de frequência de 50 Hz - 20 kHz (<math>\pm 3</math> dB), padrão de cobertura de 90° x 60°, amplificador classe D, potência máxima musical de 1000 watts de pico (sendo 700 watts de grave e 300 watts de médio e agudo), potência real de 500 watts RMS (sendo 350 watts de grave e 150 watts de</p>	unid	08	02	
----	--	------	----	----	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

24	<p><b>Amplificador para contrabaixo - Cubo/ combo</b></p> <p>Amplificador para contrabaixo elétrico, tipo combo, com potência de saída mínima de 25 Watts RMS e tecnologia de modelagem digital de sinais (DSP). O equipamento deve possuir 01 (um) alto-falante de 8 polegadas de alta performance (impedância de 8 Ohms). Deve oferecer interface de controle com tela colorida para navegação, memória interna com capacidade mínima para 50 presets (configurações pré-definidas) e afinador cromático integrado. As conexões devem incluir obrigatoriamente: 01 (uma)</p>	unid	04	01	
----	--	------	----	----	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

25	<p><b>Amplificador para guitarra elétrica tipo combo/ combo</b></p> <p>Amplificador para guitarra elétrica tipo combo, com potência de saída mínima de 100W RMS e tecnologia de amplificação de estado sólido (transistorizado).</p> <p>O equipamento deve possuir sistema de 2 (dois) canais independentes (limpo e distorção), com conectores de entrada tipo Jack de 1/4" e conectores de saída tipo Jack de 1/8" (para fones de ouvido e saída de linha). Deve apresentar efeito de reverb integrado, além de controles individuais de ganho, volume e equalização por canal. O sistema deve ser equipado com 2 (dois) alto-falantes de 12</p>	unid	04	01	
----	--	------	----	----	--



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

26	<b>Microfone com fio</b> — <b>vocal/instrumento</b> Dinâmico, padrão cardioide, resposta 50Hz–15kHz, corpo metálico, cabo XLR incluso.	unid	20	05		
----	---	------	----	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

27	<p><b>Microfone sem fio – duplo UHF - profissional</b></p> <p>Sistema de microfone sem fio de canal duplo, composto por um receptor fixo e dois transmissores de mão (bastão) fabricados em material metálico de alta resistência. O sistema deve operar em frequência ultra-alta (UHF) na faixa de 600 MHz a 699 MHz, com tecnologia de diversidade de antena para garantir a estabilidade do sinal. O receptor deve apresentar visor digital para monitoramento de canal e frequência, além de saídas balanceadas independentes. Os transmissores devem ser equipados com</p>	kit	05	01		
----	---	-----	----	----	--	--



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

28	<b>Microfone de lapela/headset sem fio</b> Sistema UHF com transmissor bodypack e microfone de lapela, alcance 730m.	kit	10	06		
29	<b>Pedestal para microfone – tripé articulado</b> Estrutura metálica, altura regulável, haste articulada, base tripé, pintura eletrostática.	unid	20	05		
<b>TOTAL DO LOTE 03</b>					<b>R\$</b>	

**LOTE 04: INSTRUMENTOS DE CAPOEIRA**

item	Descrição Detalhada	Unid	Qtd. p/ Registro	Qtd. estimada p/ Contratação	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
------	---------------------	------	------------------------	---------------------------------------	-----------------------	--------------------





GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

30	<p>Conjunto de berimbaus para aprendizado (trio)</p> <p>Conjunto composto por 03 (três) berimbaus (Gunga, Médio e Viola) , fabricados em madeira de Biriba original ou madeira de lei com flexibilidade equivalente, com acabamento lixado e envernizado para evitar farpas. As vergas devem possuir comprimento aproximado de 1,45m. Cada unidade deve ser entregue completa, contendo: verga, arame de aço, cabaça natural tratada e limpa (tamanhos G, M e P), caxixi de palha resistente, baqueta de madeira e dobrão de pedra ou metal. O conjunto deve permitir a demonstração</p>	unid	50	10	
----	--	------	----	----	--



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**

**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**

**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

31	<p><b>Atabaque reforçado para iniciação</b></p> <p>Instrumento de percussão tipo atabaque, com corpo construído em ripas de madeira nobre (Cedrinho, Peroba ou similar), acabamento em verniz e reforço interno . Altura aproximada do casco de 90 cm a 100 cm, com boca de 30 cm de diâmetro . Pele de couro animal natural, com sistema de afinação tradicional por cordas trançadas e 06 (seis) cunhas de madeira . O item deve acompanhar obrigatoriamente suporte de chão (pé) em madeira para estabilização .</p>	unid	50	10		
----	---	------	----	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

32	<p><b>Pandeiro de couro (10 polegadas)</b></p> <p>Pandeiro profissional projetado para capoeira e percussão, com aro de madeira de 10 polegadas e acabamento em verniz . O instrumento deve possuir pele de couro animal (boi) natural e platinelas em metal de alta sonoridade . Deve contar com sistema de afinação por tarraxas metálicas, acompanhando obrigatoriamente a respectiva chave de afinação . O produto deve ser resistente ao uso frequente em atividades pedagógicas e oficinas rítmicas..</p>	unid	100	20		
----	---	------	-----	----	--	--



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**

**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**

**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

33	<p><b>Agogô de metal duplo</b></p> <p>Instrumento de percussão em metal de alta resistência, modelo duplo composto por dois sinos (campânulas) de tamanhos distintos para produção de sons em intervalos tonais diferenciados. O item deve possuir acabamento cromado ou com pintura protetiva contra oxidação, apresentando dimensões aproximadas de 30 cm de comprimento.</p> <p>Acompanha obrigatoriamente 01 (uma) baqueta de metal ou madeira.</p> <p>Destinado ao acompanhamento rítmico em oficinas de capoeira..</p>	unid	50	10		
----	--	------	----	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

34	<p><b>Reco-reco de metal</b></p> <p>Instrumento de percussão por raspagem (fricção), com estrutura robusta em metal (alumínio anodizado ou aço inoxidável) para garantir alta durabilidade em uso coletivo . O corpo deve possuir formato cilíndrico ou retangular, equipado com sistema de 02 (duas) a 04 (quatro) molas de aço acopladas, tensionadas para produção de sonoridade nítida e brilhante . As dimensões aproximadas devem ser de 5 cm (altura) x 28 cm (comprimento) x 10 cm (largura) . O acabamento deve ser em pintura eletrostática (epóxi) ou metal polido, visando</p>	unid	50	10	
----	--	------	----	----	--



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

<b>TOTAL DO LOTE 04</b>	<b>R\$</b>
<b>TOTAL DO LOTE 01 + LOTE 02 + LOTE 03 + LOTE 04 =</b>	<b>R\$</b>

3.1. Padrão profissional (vedado fornecimento de instrumentos estudantis ou de iniciação), se aplica ao LOTE 01 deste Termo.

3.2. Conforme o Art. 41, I da Lei 14.133/21, a indicação de marca serve como padrão de qualidade, sendo aceitos modelos equivalentes ou superiores.

3.3. Requisitos mínimos comuns a todos os itens:

- a) Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação;
- b) Manual em língua portuguesa;
- c) Assistência técnica e peças de reposição no Brasil;
- d) Estojos originais e acessórios adequados para transporte/armazenagem;
- e) Certificação de originalidade dos instrumentos (quando aplicável);
- f) Sustentabilidade: descarte ambientalmente adequado das embalagens (logística reversa quando aplicável).

3.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021

#### **4- JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A contratação justifica-se pela necessidade de estruturação, manutenção e ampliação das atividades musicais e educativas da Estratégia Acre Pela Vida, bem como o suporte às demandas da Banda de Música do 61º BIS, visando a prevenção social da violência e promoção da cidadania através da cultura.

4.2. A fundamentação legal assenta-se na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 11.363/2023 e nos Planos de Trabalho vinculados às Emendas Parlamentares nº 38920011-B/2023 e nº 30740007-B/2023.

#### **4.3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO POR LOTE**

- a) Eficiência e economicidade: A nova lei preconiza princípios como eficiência e economicidade nos processos licitatórios. Adquirir itens em lotes pode ser considerado mais eficiente e econômico, especialmente se isso resultar em melhores preços devido à economia de escala.
- b) Planejamento da contratação: O planejamento da contratação é enfatizado pela nova legislação como um elemento crucial para o sucesso das licitações. Se o órgão ou entidade contratante planejar a aquisição de bens ou serviços em lotes, isso pode ser considerado uma estratégia de planejamento eficaz para atender às necessidades da administração pública.
- c) Competitividade: A nova lei também busca promover a competição entre os licitantes. Ao dividir uma contratação em lotes, pode-se atrair um maior número de concorrentes, incluindo empresas de menor porte, aumentando assim a competitividade do certame.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

- d) Flexibilidade: A nova Lei de Licitações oferece maior flexibilidade aos órgãos públicos na condução dos processos licitatórios. Adquirir por lote permite adaptar as contratações às necessidades específicas de cada objeto, podendo segmentar as aquisições de acordo com critérios como tipo de bem, localidade de entrega, entre outros.
- e) Redução de riscos: Dividir uma contratação em lotes pode ajudar a reduzir os riscos associados à aquisição de grandes volumes de bens ou serviços de um único fornecedor. Diversificar os fornecedores pode mitigar riscos relacionados à qualidade, capacidade de entrega, entre outros aspectos.
- f) Economia de escala: Comprar em grandes quantidades geralmente permite obter preços mais baixos por unidade, resultando em economias significativas de custo.
- g) Negociação de melhores termos: Ao comprar grandes quantidades de um fornecedor, é possível negociar melhores condições comerciais, como prazos de pagamento estendidos ou descontos adicionais.
- h) Simplificação de processos: Reduzir a frequência de compras ao adquirir em lotes pode simplificar os processos de compra, reduzindo a carga administrativa e os custos associados.
- i) Estratégias de armazenamento: Em alguns casos, adquirir em lotes pode ser parte de uma estratégia de armazenamento eficiente, aproveitando vantagens de escala em termos de espaço de armazenamento e organização.

## **5. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO**

5.1. O objeto desta licitação possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como bem de uso comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

## **6. PRAZO DO CONTRATO**

### **6.1. DO CONTRATO**

6.1.2. Findo o processo licitatório, a qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades da Administração, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, a licitante vencedora e a SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA poderão celebrar o Termo de Contrato.

6.1.3. O prazo acima descrito poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificado, desde que aceito pela SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.

6.1.4. A assinatura da Ata e do Termo de Contrato, ou quaisquer outros documentos que integram este processo, será por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, tendo a empresa ganhadora que efetuar o cadastro no link [https://app.sei.ac.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_avisar\\_cadastro&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=](https://app.sei.ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=)

6.1.5. Os empenhos serão emitidos através do sistema SEFAZ. Portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ, que poderá ser feito da seguinte forma: Ao acessar o site [www.sefaz.ac.gov.br](http://www.sefaz.ac.gov.br), aparecerá na tela DAE ON LINE (Documento de Arrecadação Eletrônica). Deverá ser preenchido com os dados da empresa e informar o valor de R\$ 35,16 (trinta e cinco reais e dezesseis centavos). De posse do comprovante de pagamento do DAE, a empresa deverá juntar ao mesmo os seguintes documentos: CNPJ,



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

comprovante bancário (todos em PDF). Encaminhá-los para o e-mail: [cadastrodecredores.fazenda@ac.gov.br](mailto:cadastrodecredores.fazenda@ac.gov.br), solicitando o Cadastro de Credor. E no e-mail [acre.cidade@gmail.com](mailto:acre.cidade@gmail.com), encaminhar os mesmos documentos solicitando Cadastro de Empresa para Certidão On-line. As informações mencionadas são meramente informativas, além de serem estabelecidas pela SEFAZ, estando sujeitas a alterações.

## **6.2. DA VIGÊNCIA**

### **6.2.1.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- b) No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo órgão gerenciador.

### **6.2.2.DO CONTRATO**

- a) O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- b) O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, por igual período, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas no instrumento
- c) No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.
- d) O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.
- e) Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

## **6.3. DA EFICÁCIA**

- a) A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.
- b) A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:
- c) 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;
- d) 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

## **7-ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

7.1. Os itens não integram o Plano de Contratação Anual- 2026/SEJUSP, que tramitou no processo SEI 0819.012797.00003/2025-73. Ressaltamos, no entanto, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA SEAD Nº 14, DE 07 DE JUNHO DE 2024, ANEXO 01, item 02, (Inclusão, Exclusão ou Redimensionamento (Art. 17 IN) SEI 0013915370, é possível proceder a ajuste no PCAC nos seguintes períodos do ano: de 15 a 31 de janeiro; 15 a 31 de julho e de 1º a 20 de outubro

**8 - LEGISLAÇÃO QUE PODERÁ SER APLICADA AO OBJETO:**

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- b) Decreto Estadual nº 11.363/2023
- c) Lei 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor)
- d) Decreto Estadual nº 11.107/2022 (Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos realizados pelos órgãos da administração direta, entidades autárquicas e fundacionais do Estado do Acre e seus fundos a fornecedores e prestadores de serviços)

**9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**9.1. DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto.

**9.2. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

- a) Não será exigida a prestação de garantia na contratação.

**9.3. DA AMOSTRA**

- a) Não será exigida a apresentação de amostras

**10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**10.1. LOCAL DE ENTREGA:**

- a) A empresa CONTRATADA deverá entregar os bens especificados neste Termo no horário das 07h às 14h, de segunda-feira à sexta- feira no local indicado na Ordem de Entrega emitida pelo Contratante, na cidade de Rio Branco/AC.

**10.2. PRAZO PARA ENTREGA:**

- a) até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da Ordem de Entrega e Nota de Empenho emitida pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogado por mais 30(trinta) dias conforme justificativa da Contratada e autorização da Contratante

**10.3. CONDIÇÕES PARA ENTREGA:**

- 10.3.1. A empresa contratada deverá entregar o objeto em conformidade com as especificações contidas neste Termo e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei no 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

10.3.2. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

10.3.3. No caso de empresa contratada prever atraso na entrega do objeto, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

10.3.4. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista no Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à empresa contratada.

10.3.5. No ato da entrega, o setor responsável pelo recebimento e aceite dos bens deverá realizar conferência e anuência do objeto contratado.

10.3.6. A cada fornecimento a Contratada deverá emitir recibo em papel timbrado da empresa, especificando a data da entrega, o endereço e o CNPJ do Contratante e a quantidade entregue, sem rasuras.

10.3.7. A Fiscalização do objeto manterá sistematicamente a avaliação quantitativa e qualitativa do andamento do mesmo, inclusive ratificando junto aos fornecedores as aquisições da Contratada.

10.3.8. A aceitação do produto pelo CONTRATANTE somente se convalida pelo “atesto” na nota fiscal/fatura apresentada ao Fiscal do contrato.

10.3.9. O aceite/aprovação do produto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de qualidade do mesmo ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal nº 8.078/90, e a aplicação das sanções prevista na legislação pertinente.

10.3.10. A Ata de Registro de Preços- ARP não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a SEJUSP requerer o objeto deste Registro de Preços de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor da Ata de Registro de Preço a preferência, em igualdade de condições.

10.3.11. Todos os elementos e componentes necessários à execução do objeto devem ter seus valores inseridos nos preços unitários.

10.3.12. A SEJUSP não se responsabilizará por custos adicionais de transporte, tributos e/ou demais custos surgidos da entrega e da execução do objeto.

#### **10.4. DO RECEBIMENTO**

10.4.1. O recebimento do objeto da contratação ocorrerá em duas etapas e será realizado:

1) Provisoriamente: Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

2) Definitivamente: Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e/ou atesto do documento fiscal, pela respectiva unidade administrativa.

3) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026

- 4) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.
- 5) A Administração contratante emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a empresa contratada cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.
- 6) No ato do recebimento caso o objeto apresentado não esteja em conformidade com o Termo de Referência, o item será recusado total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito a indenização à empresa contratada.
- 7) O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, que só manifestados quando da sua normal utilização pela Administração contratante, nos termos do Código de defesa do Consumidor (Lei 8.078/90)
- 8) Se houver erro no documento fiscal, ou qualquer outra circunstância que impeça o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento restará suspenso, não podendo a Empresa contratada interromper a execução do objeto até o saneamento das irregularidades.
- 9) Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da empresa contratada, não incidirá sobre a Administração contratante qualquer ônus, inclusive financeiro.

#### 10.5. DA GARANTIA DOS BENS

- a) O prazo de garantia contratual dos bens, é de no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;
- b) A garantia dos materiais fornecidos compreende os defeitos e vícios decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, acondicionamento, transporte, instalação e ou desgaste prematuro, envolvendo obrigatoriamente, a substituição de peças ou conforme o caso, do equipamento por um modelo novo;
- c) Os materiais deverão ser certificados pelo INMETRO e estar, comprovadamente, dentro das especificações das normas técnicas da ABNT pertinentes a cada item, quando for o caso;
- d) O prazo máximo para atendimento e solução de problemas (prazo de reparação) é de 05(cinco) dias úteis, a contar da abertura do chamado, podendo excepcionalmente ser prorrogado por igual período, devendo neste caso o fornecedor apresentar justificativa plausível e por escrito, sujeitando-se a aceitação ou não da autoridade administrativa demandante;
- e) Caso não seja possível a recuperação do material viciado ou com defeito em garantia, dentro do prazo estipulado no item anterior, a empresa fornecedora fica obrigada a fornecer outro equipamento com as mesmas características e em perfeitas condições de funcionamento, até que o problema no equipamento original seja solucionado e o mesmo devolvido. Neste caso, a empresa fornecedora terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para as devoluções definitivas do equipamento original, em perfeito funcionamento, ou outro completamente novo com as mesmas características.
- f) A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual;



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

g) A garantia consiste na prestação, pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei n.º 8.078/90, e alterações, bem como dos encargos previstos à empresa contratada no Edital e seus Anexos;

i) Disponibilizar, no momento da contratação, rede de assistência técnica autorizada no território nacional, devidamente comprovada;

j) Garantir a reposição de peças originais de fábrica ou equivalentes de padrão profissional, para o Lote 01.

#### **10.6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1. Atender a todas as condições descritas no presente Termo de Referência;
2. Fornecer material novo e de boa qualidade para assessorar a prestação dos serviços a serem contratados, em estrita conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;
3. Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a direta ou indiretamente, causar ou provocar à contratante;
4. Responsabilizar-se pela garantia do Objeto, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, eficiência e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
5. Responsabilizar-se única e exclusivamente pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrente da execução do objeto do presente Termo de Referência, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem nenhum ônus ao CONTRATANTE;
6. Obter todas as autorizações, aprovações ou franquias necessárias à execução do objeto, pagando os emolumentos prescritos por lei, caso necessário, e observando as leis, regulamentos e posturas aplicáveis. É obrigatório o cumprimento de quaisquer formalidades e o pagamento, à sua custa, das multas porventura impostas pelas autoridades, mesmo daquelas que, por força dos dispositivos legais, sejam atribuídas à Administração Pública;
7. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto da contratação, sem prévia autorização da contratante;
8. Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto, bem como, prestar esclarecimentos que forem solicitados pela contratante;
9. Não deixar de executar qualquer atividade necessária ao perfeito fornecimento do objeto, sob qualquer alegação, mesmo sob pretexto de não ter sido executada anteriormente qualquer tipo de procedimento;
10. Prestar qualquer tipo de informação solicitada pela contratante sobre os fornecimentos, bem como fornecer qualquer documentação julgada necessária ao perfeito entendimento do objeto deste Termo de Referência;



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

11. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
12. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Termo de Referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
14. Comunicar ao Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada no cumprimento das obrigações assumidas;
15. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;
16. Indicar preposto, quando for o caso, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário;
17. Observar, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990), o Código Civil Brasileiro, as Normas Técnicas, as Leis e os regulamentos pertinentes;
18. O equipamento/serviço deve ser entregue acompanhado respectivamente de nota fiscal ou instrumento equivalente com o nome e a caracterização clara e precisa, contendo também o número da Nota de Empenho firmada com o CONTRATANTE;
19. A CONTRATADA concederá livre acesso de servidores do CONCEDENTE, bem como dos órgãos de controle interno e externo, aos processos, documentos, informações, registros contábeis e locais de execução, referentes ao objeto contratado, inclusive nos casos em que a instituição financeira oficial não controlada pela União faça a gestão de conta bancária específica do convênio (se aplica às aquisições com recursos de origem federal).
20. A responsabilidade pela qualidade dos materiais fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratada.

#### **10.7.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

1. Permitir o acesso aos empregados da Contratada às suas dependências para entrega do material, proporcionando todas as facilidades para que essa possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste termo de referência e seus anexos;
2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
5. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, de acordo com a Lei nº 14.133/2021;
6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais; e
12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 1) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 2) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 3) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 4) O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 5) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **11.1. FISCAL DO CONTRATO**



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

a) São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

- 1) Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;
- 2) Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;
- 3) Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;
- 4) No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;
- 5) No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;
- 6) Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;
- 7) Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.
- 8) Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 9) Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- 10) Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 11) Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeito estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
- 12) Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 13) Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 14) Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 15) Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 16) Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 17) Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 18) Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 19) Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 20) Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 21) Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;
- 22) Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

- 23)Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e
- 24)Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

**11.2. GESTOR DO CONTRATO**

a)São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

- 1)Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 2)Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 3)Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 4)Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 5)Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 6)Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 7)Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 8)Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 9)Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 10)Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 11)Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 12)Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 13)Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 14)Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 15)Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 16)Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei
- 17)Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc.,





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas

18) Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões

19) Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;

20) Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;

21) Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e

22) Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

## **12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

12.1. O pagamento dos materiais efetivamente fornecidos será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

12.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

12.3. O documento fiscal deverá ser emitido em conformidade com o indicado na Ordem de Entrega.

12.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento

12.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

12.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira =  $[(TX/100)/365]$

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

12.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na sede da SEJUSP, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

12.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

12.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

12.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

12.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

12.12. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora. (IN 06, DE 23 de dezembro de 2013 da SLTI do MPOG).

12.13. Não deverá ser efetuado pagamento à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso), exceto nos casos de parcela incontroversa, ou seja, aquela sobre a qual não paira qualquer dúvida, e esta, será devidamente paga pela CONTRATANTE.

12.14. A nota fiscal/fatura deverá conter o detalhamento do valor devido a título de recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, devendo ainda conter informações acerca da alíquota utilizada, caso contrário, este deverá ser devolvido para retificação;

12.15. O documento fiscal deverá ser encaminhado juntamente com o (os) documento (s) de recolhimento Estadual (DAE);

12.16. As empresas cujo o documento fiscal contenha o recolhimento para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tem o prazo máximo para emissão/apresentação até o dia 10 de cada mês, do contrário, deverá emitir somente no próximo mês.

12.17. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da: **SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**, com sede na Rua Benjamin Constant, nº. 1.015, Bairro Centro, Rio Branco-AC, CEP: 69900-064. CNPJ: 63.608.947/0001-08



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

### **13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **13.1. DA MODALIDADE**

Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

#### **13.2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

13.2.1. Menor preço por LOTE

13.2.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de aquisições frequentes, solicitadas de acordo com a demanda da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Sendo seu fundamento constante no Capítulo V, Seção I, em especial art. 303, do Decreto nº 11.363/2023.

#### **13.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

### **14-DA ANÁLISE DA PROPOSTA**

- a) É importante que as empresas participantes do processo licitatório apresentem, juntamente com a proposta, prospecto para subsidiar a análise das especificações apresentadas na proposta, contudo, **a não apresentação não implicará na desclassificação da empresa.**
- b) Os preços deverão ser cotados de forma unitária e total dos produtos, já incluídos os tributos, encargos, fretes, seguros e demais ônus.
- c) **O pregoeiro deverá SUSPENDER a sessão pública do Pregão para análise detalhada da proposta por equipe designada pela SEJUSP.**

### **15 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**15.1.** O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

### **16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.** As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

Programa de Trabalho: 71900106183143511160000, 7190010618322862 1580000, 71900106183143111120000

Elemento de Despesa: 44.90.52.00



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

Fonte de Recurso: 15000100 e 17000200

## **17.DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS**

### **17.1.REAJUSTE**

- a) Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;
- b) Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da empresa contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, publicado pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

### **17.2.REVISÃO**

- a) O preço ofertado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais desde que atendidas as disposições contidas no art. 06, inciso LVIII, da Lei nº 14.133/2021, e será concedida desde que solicitada formalmente mediante comprovação pela empresa contratada e após a análise técnica e jurídica da administração contratante. Em sendo concedida, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo, com efeitos financeiros a partir da data do protocolo do pedido;
- b) Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado.

## **18.Do prazo de Validade da Proposta:**

- a) A proposta apresentada pela empresa deverá ter validade de 90 (noventa) dias.

## **19. Da comprovação de Patrimônio Líquido.**

19.1. O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

## **20.DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

**Não será permitida a participação de Consórcio** nesta licitação. Justificamos que a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Não é, contudo, o que ocorre no objeto em tela. Portanto, não será permitida a participação de consórcios, visto não se tratar de objeto de alta complexidade ou de grande vulto econômico.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

**21. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

a) O órgão gerenciador será a **SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**.

b) Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

**22. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

22.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

22.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

22.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

22.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

22.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

22.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

**23. DOS LIMITES PARA AS ADESÕES**

23.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

23.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

23.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item

23.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.1, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**24. ELABORAÇÃO:**

**Francisca de Fátima Gonçalves Paiva**

*Coordenadora do Acre Pela Vida*

PORTARIA SEJUSP Nº 404, DE 11 DE SETEMBRO DE 2025

Matrícula 94054881

*[assinatura eletrônica]*

**Kátia Maria Oliveira da Costa**

Chefe da Divisão de Compras e Licitações - DIVCL/SEJUSP

PORTARIA SEJUSP nº 462, de 09/08/2023

Matrícula 291463-2

**25. APROVAÇÃO:**

Vistos os autos, no uso de minhas atribuições, conferidas por meio do Decreto nº 10-P, de 01/01/2023, publicado no DOE nº 13.443, de 02/01/2023, p. 7;

**APROVO** o presente Termo de Referência e seus anexos.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO LIMA DE BRITO**, em 05/05/2026, às 09:20, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CPC86A64 6BF55F59 8861A40F F909A525** e código CRC **CB2672**